

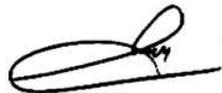


EDITAL

CARLA MARIA NUNES TAVARES, Presidente da Câmara Municipal da Amadora, faz público, que nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, do Anexo I a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º e alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ao abrigo do disposto na Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, bem como no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro na sua atual redação, foi celebrado em 20 de julho de 2023, o Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município da Amadora e o Clube Atlético de São Brás, disponível em "www.cm-amadora.pt/municipio/editais-avisos-comunicados/contratos-programa-ed" para consulta. Para constar e para os devidos efeitos, se lavra o presente edital e outros de igual teor, que vão ser publicitados nos lugares de estilo.

Amadora, 12 de setembro de 2023

O Diretor do Departamento de Administração Geral,



Arlindo Pinto

A Presidente,



Carla Tavares



David

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Considerando, que:

- Nos termos da alínea f), do nº 2 do artigo 23º, do Anexo I a que se refere o nº 2 do artigo 1º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, os municípios dispõem de atribuições nos domínios dos tempos livres e desporto;
- Nos termos das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º, do diploma legal supra referido, compete à Câmara Municipal da Amadora deliberar sobre a concessão de apoio financeiro ou qualquer outra natureza a entidades e organismos legalmente existentes, designadamente com vista a apoiar atividades de natureza desportiva;
- A Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, com a última alteração introduzida pela Lei nº 74/2013, de 6 de setembro, aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto;
- O Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, com a última redação introduzida pelo Decreto-Lei nº 41/2019, de 26 de março, define o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo;
- O apoio ao movimento associativo se encontra devidamente Regulamentado, através do Regulamento do Programa de Apoio ao Movimento Associativo, publicado na Separata nº 18 do Boletim Municipal, de 05 de novembro de 2020;
- Nos termos previstos no referido regulamento o Clube Atlético de São Brás, veio a apresentar uma candidatura a apoio do Município da Amadora, com vista à prossecução e dinamização das atividades por si promovidas e organizadas;
- Nos termos do mesmo Regulamento a referida candidatura foi aprovada;
- Cabe, nesse âmbito, outorgar o competente contrato-programa de desenvolvimento desportivo;

Entre

O Município da Amadora, com sede na Avenida Movimento das Forças Armadas, Freguesia da Mina de Água, pessoa coletiva n.º 505456010, representado neste ato pela Presidente da respetiva Câmara Municipal, Carla Maria Nunes Tavares, com os poderes conferidos pela alínea f) do nº 2 do artigo 35º do Anexo I a que se refere o nº 2 do artigo 1º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão última introduzida pela Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, adiante designado por Primeiro Outorgante;

E

O Clube Atlético de São Brás, pessoa coletiva nº 501547525, com sede na Praceta Notícias da Amadora, nº 7, Mina de Água, 2700-606 Amadora, representada neste ato por David José Miranda

Marques, na qualidade de Presidente da Direção e Vasco Lourenço da Silva Vilela Campos, na qualidade de Tesoureiro, doravante designada por Segunda Outorgante,

É

Celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, ao abrigo dos artigos 46º e 47º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro e do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro na sua redação atual, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto

Constitui objeto do presente contrato-programa a atribuição de apoio financeiro com vista à execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, que a segunda outorgante apresentou ao primeiro e se encontra anexo a este contrato-programa, no respeito pela candidatura apresentada no âmbito do Programa de Apoio ao Movimento Associativo do Município da Amadora (PAMA) e nos termos aprovados pelo primeiro outorgante.

Cláusula 2ª

Apoio Financeiro

1-A comparticipação financeira a prestar pelo primeiro outorgante ao segundo para apoio à execução do programa desportivo, conforme previsto na cláusula primeira, é no valor total de 3.488,20€, distribuído do seguinte modo:

- a) 3.362,07€ destinados ao apoio à realização de projetos, eventos e atividades desportivas;
- b) 126,13€ destinados às inscrições e seguros desportivos.

2- A comparticipação financeira, referida no número anterior, será disponibilizada nos seguintes termos:

- a) Os montantes referidos nas alíneas a) e b) do número 1 serão disponibilizados de uma só vez, na totalidade.

Cláusula 3ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

1 – O primeiro outorgante obriga-se a disponibilizar à segunda outorgante os apoios financeiros conforme previsto na cláusula 2ª.

2- O primeiro outorgante encontra-se obrigado a verificar o exato desenvolvimento da atividade que justificou a celebração do presente contrato-programa, procedendo ao acompanhamento, fiscalização e controlo da sua execução, com a observância do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 4ª

Obrigações da Segunda Outorgante

São obrigações da Segunda Outorgante:

- a) Executar as atividades de acordo com o Programa de Desenvolvimento Desportivo anexo ao presente contrato, de forma a alcançar os objetivos propostos no mesmo.
- b) Aplicar e administrar corretamente o apoio tendo em conta o objeto do presente contrato-programa.
- c) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído.



David
S
A

- d) Designar um responsável pelo apuramento periódico da execução financeira e física das atividades.
- e) Cooperar com o Primeiro Outorgante, no acompanhamento e fiscalização do exato e pontual cumprimento do presente contrato-programa.
- f) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo primeiro outorgante, no âmbito do objeto do presente contrato-programa.
- g) Apresentar, até 30 dias após a sua conclusão, o relatório final sobre a execução do contrato-programa, com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos justificativos das despesas.
- h) Publicitar as atividades objeto do presente contrato-programa, fazendo referência ao apoio pelo Município, através da menção expressa: "Com o apoio da Câmara Municipal da Amadora", obrigatoriamente acompanhada da marca AMADORA, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação, nos termos do disposto no artigo 7º do Regulamento do Programa de Apoio ao Movimento Associativo.
- i) Certificar as suas contas por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas, salvo se os apoios concedidos, pelo primeiro outorgante, no ano económico forem em valor inferior a 50.000,00€.
- j) Requerer todas as licenças ou autorizações necessárias à execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, junto das entidades competentes, sempre que as mesmas sejam obrigatórias.
- k) Manter um registo detalhado e atualizado dos proveitos referentes aos apoios concedidos e aos respetivos custos associados, com menção expressa da sua proveniência e insusceptibilidade de penhora, apreensão judicial ou oneração, conforme modelo aprovado pela pelo primeiro outorgante.

Cláusula 5ª

Prazo de execução do programa

- 1. A execução do programa tem o seu início a 01/01/2022.
- 2. Sem prejuízo de eventual revisão ou prorrogação do prazo, a execução do programa de desenvolvimento desportivo finda, de acordo com o previsto no artigo 23º do Regulamento do Programa de Apoio ao Movimento Associativo a:
 - a) 31 de dezembro do ano da celebração do presente contrato, para apoios destinados ao desenvolvimento de atividades, projetos ou eventos (Eixo 1).
 - b) 15 de maio do ano civil subsequente ao da celebração do presente contrato, para apoios financeiros, destinados ao investimento (Eixo 2).

Cláusula 6ª

Controlo e Fiscalização da Execução do Contrato-Programa

- 1. O controlo e fiscalização da execução do contrato-programa competem ao primeiro outorgante, assistindo-lhe o direito de mandar terceiros para os devidos efeitos.
- 2. No âmbito do controlo e fiscalização do cumprimento do contrato-programa, o primeiro outorgante pode realizar, para o efeito, inspeções inquéritos e sindicâncias, podendo igualmente determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.

Cláusula 7ª

Revisão ao Contrato-Programa



O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes em conformidade com o estabelecido no art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua atual redação, podendo ainda ser revisto unilateralmente pelo primeiro outorgante, nas condições previstas no artigo 26º do Regulamento do Programa de Apoio ao Movimento Associativo.

Cláusula 8ª

Mora

1. Caso se verifique um atraso na realização do programa de desenvolvimento desportivo, por parte da segunda outorgante, poderá o primeiro outorgante fixar um novo prazo ou um novo calendário para a execução, caso considere, que perante a situação em concreto tal se justifica.
2. Verificando-se novo atraso o primeiro outorgante tem o direito de resolver o contrato, ficando a segunda outorgante obrigada à restituição das quantias que já lhe tiverem sido disponibilizadas a título de comparticipação se o objeto do contrato ficar comprometido.

Cláusula 9ª

Incumprimento

1. Caso se verifique incumprimento culposo do contrato programa de desenvolvimento desportivo, por parte da segunda outorgante e se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa, esta fica obrigada a restituir ao primeiro outorgante todas as quantias já recebidas.
2. Em caso de incumprimento não culposo do contrato programa de desenvolvimento desportivo por parte do segundo outorgante, o primeiro outorgante dispõe do direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.
3. Caso a segunda outorgante deixe culposamente, de cumprir o contrato programa de desenvolvimento desportivo, não poderá beneficiar de novas comparticipações financeiras, enquanto não repuser as quantias, que se encontra obrigada a restituir, nos termos do nº 1.
4. A reposição de verbas poderá ser feita, mediante retenção, por parte do primeiro outorgante, de verbas afetas a este ou outros programas de desenvolvimento desportivo celebrados entre o primeiro e a segunda outorgante.

Cláusula 10ª

Obrigações fiscais e para com a segurança social

Para efeitos da verificação do cumprimento das obrigações fiscais, para com a segurança social e com o primeiro outorgante, com vista a atribuição do apoio financeiro, a segunda outorgante, presta desde já consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária e contributiva por parte dos serviços do primeiro outorgante, nos termos previstos no nº 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 114/2007, de 19 de abril, na sua redação atual.

Cláusula 11ª

Confidencialidade e Proteção de Dados

1. As partes obrigam-se a guardar sigilo sobre todas as informações a que venham a ter conhecimento ou acesso, seja de que forma for, em virtude da celebração do presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, não a podendo utilizar em seu próprio benefício, revelar, ceder, partilhar ou permitir a sua duplicação, uso ou divulgação, no todo ou em parte, a terceiros.
2. Com a celebração do presente contrato as partes vinculam-se, recíproca e conjuntamente, a cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis em matéria de proteção de dados.

Cláusula 12ª



AMADORA
Câmara Municipal

Vigência do Contrato-Programa

Sem prejuízo de eventual revisão, por acordo das partes contratantes, o período de vigência do presente contrato-programa tem início na data da sua publicação na página eletrónica da primeira outorgante e finda na data determinada para o término da execução do programa, conforme previsto na cláusula 5ª.

Cláusula 13ª

Disposições Finais

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente contrato-programa, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições previstas no Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual e no Regulamento do Programa de Apoio ao Movimento Associativo, publicado na Separata nº 18 do Boletim Municipal, de 05 de novembro de 2020.

E por ambas as partes estarem de acordo com o presente contrato, vai o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo ser assinado e rubricado, em duplicado, destinando-se um exemplar a cada um dos outorgantes.

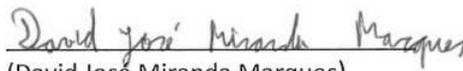
Amadora, 20 de julho 2023.

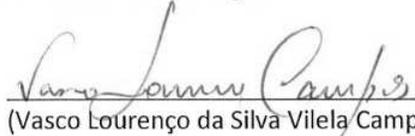
Pelo Primeiro Outorgante

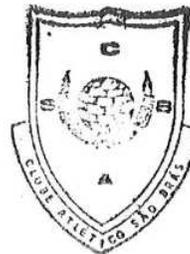

 (Carla Maria Nunes Tavares)

 **AMADORA**
Câmara Municipal

Pela Segunda Outorgante


 (David José Miranda Marques)
 Presidente da Direção


 (Vasco Lourenço da Silva Vilela Campos)
 Tesoureiro





Programa de desenvolvimento desportivo do Clube Atlético São Brás

1. Identificação da associação

Nome: Clube Atlético São Brás

NIF: 500154525

Segurança Social: 20004547019

Morada: Praceta Notícias da Amadora nº7

Código Postal: 2700-606 Amadora

Freguesia: Mina de Água

E-mail: casb.saobras@sapo.pt

2. Descrição das actividades a realizar

Futsal

Realização de 2 treinos semanais e jogos oficiais ao fim de semana por escalão, prevendo o Clube ter na próxima época 7 escalões: Petizes, Traquinas, Benjamins, Infantis, Iniciados, Juvenis e Seniores. Com idades compreendidas entre 5 e 35 anos.

Participação e organização de torneios.

Atletismo

Escalão de Seniores e Veteranos, bem como a participação de alguns atletas Benjamins, Infantis e Iniciados, em provas realizadas na sua maioria no distrito de Lisboa.



Kickboxing

Realização de 5 treinos semanais e participação em campeonatos distritais e nacionais.

3. Justificação do programa

O programa de desenvolvimento permite que as pessoas do concelho da Amadora encontrem uma alternativa para praticar um desporto, que lhes permite não só melhorar a saúde física como a saúde mental.

Todos estes desportos são também uma possibilidade de muitos miúdos oriundos de bairros sociais arranjam um *hobbie*, que os ajuda a distrair da vida muitas vezes difícil que têm.

4. Quantificação dos resultados esperados com a execução do programa

Os resultados esperados com a execução deste programa são:

Futsal

Benjamins - visto não haver classificação oficial, evolução dos atletas para estarem ficarem melhor preparados para os patamares seguintes;

Infantis - classificação entre as 25 melhores equipas distritais;

Iniciados - classificação entre as 25 melhores equipas distritais;

Atletismo

Benjamins - conquista de medalhas individuais (primeiros 30 lugares)

Infantis - conquista de medalhas individuais (primeiros 30 lugares)

Iniciados - conquista de medalhas individuais (primeiros 20 lugares)

Seniores - conquista de medalhas individuais (primeiros 10 lugares) e troféus colectivos (primeiros 15 lugares)

Veteranos - conquista de medalhas individuais (primeiros 10 lugares) e troféus colectivos (primeiros 15 lugares)

Kickboxing

Ganhar medalhas de 1º, 2º e 3º lugar nos campeonatos nacionais, no seguimento de 5 treinos semanais.

Conquistar medalhas em Torneios.

5. Previsão de custos e das necessidades de financiamento público

Futsal

RECURSOS

#	Recursos/Materiais utilizados exceto remunerações, rendas, água, electricidade, telefone, gás, internet, aluguer de instalações, inscrições, exames médicos, e seguros de atletas	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Método de cálculo Indique de forma simplificada como calculou os valores unitários
1	Pólicimento	90.00	€ 15.00	€ 1350.00	Custo pólicimento por jogo (3 equipa x 3 jogos)
2	Equipamento desportivo	100.00	€ 50.00	€ 5000.00	7 equipas (cerca de 15 atletas por equipa)
3	Bolas	70.00	€ 15.00	€ 1050.00	7 equipas (média de 10 bolas por equipa)
4	Coletes	100.00	€ 8.00	€ 800.00	7 equipas (média de 15 atletas por equipa)
5	Pinos	20.00	€ 10.00	€ 200.00	Pinos para usar nos treinos das várias equipas
6	Marcas	40.00	€ 5.00	€ 200.00	Marcas para usar nos treinos das várias equipa
7	Balizas de treino	2.00	€ 500.00	€ 1000.00	2 balizas para utilizar nos treinos das várias eq
8	Elasticos	7.00	€ 30.00	€ 210.00	7 equipas (média de 1 por equipa)
9	Quadros tácticos	14.00	€ 40.00	€ 560.00	7 equipas (média de 2 por equipa)
10	Lanches	280.00	€ 10.00	€ 2800.00	7 equipas x 4 jogos (mês) x 10 meses
11	Suporte com bidons de água	7.00	€ 20.00	€ 140.00	7 equipas (média de 1 por equipa)
12	Sprays de frio	35.00	€ 15.00	€ 525.00	7 equipas (média de 5 por equipa)
13	Tape desportivo	7.00	€ 10.00	€ 70.00	7 equipas (média de 1 por equipa)
14		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
15		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
16		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
17		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
18		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
19		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
20		0.00	€ 0.00	€ 0.00	

TOTAIS

Total das despesas	13905.00 EUR
Participação municipal máxima	6952.50 EUR

Atletismo

RECURSOS

#	Recursos/Materiais utilizados exceto remunerações, rendas, água, eletricidade, telefone, gás, internet, aluguer de instalações, inscrições, exames médicos, e seguros de atletas	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Método de cálculo Indique de forma simplificada como calculou os valores unitários
1	Equipamento desportivo	30.00	€ 40.00	€ 1200.00	Custo de equipamento por atleta
2	Bidons de água	3.00	€ 20.00	€ 60.00	Custo de 12 bidons + suporte
3		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
4		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
5		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
6		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
7		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
8		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
9		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
10		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
11		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
12		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
13		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
14		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
15		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
16		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
17		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
18		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
19		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
20		0.00	€ 0.00	€ 0.00	

TOTALS

Total das despesas	1260.00 EUR
Comparticipação municipal máxima	630.00 EUR

Kickboxing

RECURSOS

#	Recursos/Materiais utilizados <small>exceto remunerações, rendas, Água, eletricidade, telefone, gás, Internet, aluguer de instalações, inscrições, exames médicos, e seguros de atletas</small>	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Método de cálculo <small>Indique de forma simplificada como calculou os valores unitários</small>
1	Capacetes protecção	60.00	€ 30.00	€ 1800.00	Custo de capacete por cada atleta
2	Luvas kickboxing	60.00	€ 65.00	€ 3900.00	Custo de luvas por cada atleta
3	Saco kickboxing	1.00	€ 200.00	€ 200.00	Saco para ser usado em treinos
4	Calções kickboxing	60.00	€ 15.00	€ 900.00	Custo de calções por atleta
5	Caneleiras kickboxing	60.00	€ 20.00	€ 1200.00	Custo de caneleiras por atleta
6	Bidons de água	5.00	€ 20.00	€ 100.00	Custo de 12 bidons + suporte
7		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
8		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
9		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
10		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
11		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
12		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
13		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
14		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
15		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
16		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
17		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
18		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
19		0.00	€ 0.00	€ 0.00	
20		0.00	€ 0.00	€ 0.00	

TOTALS

Total das despesas	8100.00 EUR
Comparticipação municipal máxima	4050.00 EUR

Como se pode ver pelas imagens acima, o custo destas actividades são extremamente dispendiosas para o nosso clube. Se não houver um apoio do poder local, nomeadamente da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, torna-se quase insustentável desenvolver um projecto desportivo na Amadora.

Enquanto não se entender que o desporto pode ser muito importante na vida das pessoas, muitas instituições irão fechar.

Todo o trabalho realizado por estas instituições em prol da comunidade é essencial e sem elas não haveria todas as possibilidades de praticar desporto que as mesmas proporcionam.

Com a pandemia do COVID-19, muitas destas instituições tiveram bastantes dificuldades em manter as suas portas abertas. Apoiem o desporto distrital, agora mais do que nunca devemos apoiar, porque o desporto não só faz bem à saúde, não só



física como emocional (e o quanto é importante neste momento), como nos faz esquecer os problemas do dia-a-dia, nem que seja por breves horas.

6. Demonstração do grau de autonomia financeira, técnica, material e humana oferecida pela entidade proponente para a execução do programa, incluindo, se for caso disso, a indicação de outras participações, financiamentos ou patrocínios e respectivas condições

O Clube Atlético São Brás está devidamente acreditado na Câmara Municipal da Amadora.

Em termos técnicos, possuímos treinadores com cédula profissional de desporto, que programam os treinos mais orientados para os diferentes escalões.

Relativamente aos materiais, usamos os mais diferentes materiais para as diversas actividades, tal como se pode verificar pelas tabelas anteriores dos recursos.

Em termos humanos, possuímos algumas pessoas que fazem trabalho de voluntariado no Clube.

A nossa instituição vive essencialmente dos donativos dos atletas e pais, como também de donativos de algumas empresas.

7. Entidades eventualmente associadas à gestão e execução do programa, definindo a natureza da sua intervenção, os seus poderes e as suas responsabilidades

Uma das entidades envolvidas é a Câmara Municipal da Amadora, com medidas de apoio complementares, como por exemplo o pagamento dos exames médicos desportivos e os seguros dos atletas dos 10 aos 18 anos.

8. Relações de complementaridade com outros programas já realizados ou em curso de execução na mesma área ou em áreas conexas, se as houver

Neste momento não temos nenhuma relação de complementaridade com outros programas.

9. Calendário global de execução do programa de desenvolvimento desportivo

O calendário global deste programa desportivo é desde 1 de Setembro de 2022 a 30 de Junho de 2023, no futsal, atletismo e kickboxing.

10. Articulação do programa de desenvolvimento desportivo com os programas de prevenção, formação e educação relativos à defesa da integridade das competições da respectiva federação desportiva

Relativamente à articulação do programa de desenvolvimento desportivo com os programas de prevenção, formação e educação, toda a estrutura do Clube Atlético São Brás se foca em formar atletas com valores de respeito pelo adversário, honestidade e com valorização da competição desportiva com base em ética e fair-play.

Em todos os atletas são inculcados esses valores acima referidos, lidando nós com diferentes personalidades e de diferentes estratos sociais, alguns dos atletas oriundos de bairros sociais que passam algumas dificuldades e que tentamos ajudá-los afastando-os de comportamentos desviantes.

Todos estes programas de prevenção, formação e educação relacionados com a defesa da integridade das competições fizeram com que na época de 2021-2022 recebêssemos o troféu de fair-play no escalão de sub13 (Infantis) em Futsal, que muito nos honrou e que decorreu de atitudes de fair-play tais como: assumir perante o árbitro que o lance foi mal ajuizado por ele a nosso favor

tanto da parte de atletas como de equipas técnicas, comportamento exemplar do público ou colocar em jogo o mesmo número de atletas que o adversário quando os mesmos não tinham os atletas suficientes para começar o jogo da forma normal (5 contra 5).

Tudo isto demonstra a defesa da integridade da competição em que o mais importante é competir e não tentar ganhar a todo o custo.

